

Serviços não podem ter trabalhadores com horários diferenciados

SINTAP deduzirá oposição ao projeto de regulamento de extensão que deixa de fora das 35 horas trabalhadores sindicalizados cujos ACEEPs se encontram atualmente em negociação e os trabalhadores nomeados

Foi hoje publicado no Diário da República, 2ª série, o Aviso 16/2014/A da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, contendo o Projeto de Regulamento de Extensão do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2014 (Acordo de Entidade Empregadora Pública), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2014, que visa estender o horário semanal das 35 horas «às Entidades Empregadoras Públicas da Administração Regional dos Açores e aos seus trabalhadores, não filiados em qualquer associação sindical, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, com exceção dos trabalhadores inseridos nas carreiras específicas da saúde e da carreira docente» (art.º 1, n.º 1).

Nos termos da lei e do próprio projeto de regulamento, o SINTAP vai deduzir oposição ao mesmo, por considerar que a sua entrada em vigor, sem que estejam concluídos os processos negociais em curso com todas as organizações sindicais, viola a lei e o princípio da boa fé que tem norteado a negociação coletiva, colocando dificuldades acrescidas aos trabalhadores e aos serviços que se verão confrontados com a prática simultânea de horários de 35 horas com horários de 40 horas semanais.

Além disso, este projeto de regulamento, a manter-se, divide e discrimina ainda trabalhadores, com claro e evidente prejuízo para os trabalhadores sindicalizados dos sindicatos que se empenharam na defesa do horário das 35 horas, cujos aceeps se encontram atualmente em negociação, para além de não dar resposta aos trabalhadores em regime de nomeação, defraudando as legítimas expectativas destes.

O SINTAP não pode também deixar de manifestar-se surpreendido com esta publicação, tendo em conta que, nas sucessivas reuniões negociais mantidas com representantes do Governo Regional, estes sempre afirmaram que não tinham intenção de tomar medidas que pudessem gerar qualquer tipo de discriminação ou favorecimento de uns contra outros.

Perante tudo isto, o SINTAP pede e espera que o Governo pondere a sua posição e retire o presente projeto até que se verifique a conclusão de todos os processos negociais em curso.

Angra do Heroísmo, 16 de abril de 2014

SINTAP